CRISE, SUBCONSUMO DAS MASSAS E O CONSUMO DAS FAMÍLIAS NO BRASIL ENTRE 2008-2016

Suzane Rodrigues da Silva[1]

RESUMO
Considerando que o subconsumo das massas só resulta em crise efetiva diante da tendência à acumulação visando o lucro bruto, numa escala cada vez mais ampliada, buscou-se identificá-lo no Brasil entre 2008-2016, a partir do recorte sobre o consumo das famílias que é o fator de maior peso no Produto Interno Bruto (PIB). A partir disso objetiva-se analisar o consumo das famílias no âmbito do governo Lula e Dilma. Para tanto, procede-se ao materialismo histórico dialético que juntamente com a pesquisa bibliográfica a partir de uma abordagem qualitativa, auxiliaram na compreensão dos fatores de ordem política e econômica que influenciaram a desaceleração do consumo das famílias. Como resultado foi possível observar, dentre outras coisas, que as medidas macroeconômicas adotadas no segundo governo Dilma, além de não serem capazes de controlar a crise, impuseram limites ao consumo das famílias.

Palavras-chave: Subconsumo das massas; Crise; Consumo das famílias.

ABSTRACT
Considering that the underconsumption of the masses only results in an effective crisis in view of the tendency towards accumulation aimed at gross profit, on an increasingly expanded scale, we sought to identify it in Brazil between 2008-2016, based on the focus on household consumption which is the most important factor in the Gross Domestic Product (GDP). From this, the objective is to analyze the consumption of families under the Lula and Dilma government. Therefore, we proceed to the dialectical historical materialism that, together with bibliographical research from a qualitative approach, helped to understand the political and economic factors that influenced the slowdown in household consumption. As a result, it was possible to observe, among other things, that the macroeconomic measures adopted in the second Dilma administration, in addition to not being able to control the crisis, imposed limits on household consumption.

Keywords: Underconsumption of pasta; Crisis; Household consumption.

1 INTRODUÇÃO

Considerando a crise como um fenômeno inerente ao Modo de Produção Capitalista, neste trabalho se escolheu estudá-la a partir de alguns volumes que

[1] Universidade Federal do Maranhão; mestre em políticas publicas (ufma); e-mail: suzane-r.s@live.com.

compõe a obra O Capital, a partir dos quais foi possível se compreender que a produção, reprodução e crise são inseparáveis na realidade (MARX, 2013).

No âmbito das obras supracitadas não se tem uma definição da categoria crise, porém sabe-se que a crise no primeiro e no segundo livro de O Capital é analisada como uma potencialidade abstrata, já no livro terceiro a crise é convertida em uma realidade concreta (ANTUNES, 2002). Nesse sentido, no livro III tratou-se de "(...) descobrir e expor as formas concretas que brotam do *processo de movimento do capital considerado como um todo* (...)" (MARX, 2017, p. 53).

Sendo assim, de acordo com (FARIAS, 2015) a crise do capital como um todo contraditório, na concepção marxista, tem uma causa imediata, uma causa mais profunda e uma causa última, que se exprimem respectivamente por meio da queda na taxa de lucro, da exuberância financeira e do subconsumo das massas, e todas as três se correlacionam (FARIAS, 2015).

Por uma questão de abstração se dará ênfase a causa última da crise, que diz respeito a restrição do consumo das massas que se expressa, dentre outras possibilidades[2], na desigualdade de rendimentos (FARIAS, 2015).

Existem várias percepções entre os autores marxistas sobre o que seria o subconsumo das massas no interior de uma crise, segundo (FARIAS, 2015) defende que o subconsumo das massas pode ser considerado como uma das causas da crise, (CARCANHOLO, 2007) por sua vez concorda com a teoria de que a crise do capital possui causas, porém o subconsumo seria uma manifestação e não uma das causas da crise; já (ANTUNES, 2011) parte na defesa de que o subconsumo das massas é uma possibilidade de manifestação da crise, mas discorda da visão de que a crise possua causas iniciais.

Aqueles que concordam com a vertente de que o subconsumo das massas pode ser considerado como uma das causas da crise, defendem a partir do pensamento de Marx que ele é a sua causa última. De acordo com (FARIAS, 2015)

[2] Sabe-se que a desigualdade de rendimentos é uma de suas expressões do subconsumo das massas, pois ele não se restringe a esse aspecto. O subconsumo das massas se realiza em decorrência da produção pela produção, que leva ao não atendimento das necessidades sociais do conjunto do proletariado, que por sua vez contribui com a geração e o aprofundamento de uma série de expressões da questão social (FARIAS, 2015).

em um contexto em que o lucro bruto se faz central quando comparado à massa de salários, o subconsumo das massas se transforma em uma premissa com potencialidade de se transformar em crise efetiva, quando se encontra em frente à tendência à acumulação, que possui como objetivo a expansão em um nível cada vez maior do lucro bruto (FARIAS, 2015).

Por outro lado, (ANTUNES, 2011) parte na defesa de que o subconsumo é um elemento importante da crise capitalista, porém não trabalha com a expressão causa última, enquanto categoria, por entender que trabalhar com uma causa última implica em trabalhar com outras causas que a antecedem, e que se correlacionam. Assim uma análise causal da crise implica em uma análise de ciclos econômicos com efeitos empíricos, na qual a crise é efeito de uma série de causas (queda da taxa de lucro; produção pela produção; subconsumo das massas).

Além disso a causa desapareceria no efeito, não sendo essa uma análise correta sob a perspectiva marxiana, pois a teoria marxiana analisa a crise a partir de categorias dialéticas, a exemplo, possibilidade, modo de manifestação ou expressão entre outras, por entender que essas categorias se fundem sem evaporarem completamente durante o seu desenvolvimento. Assim a teoria causal da crise implicaria na identificação de causas, que desapareceriam nos seus efeitos, e o tratamento da crise em suas possibilidades ou fundamentos seria mais acertada, uma vez que a "(...) possibilidade não desaparece com a realidade e nem o fundamento no fenômeno" (ANTUNES, 2011, p. 511), mas continuam existindo e conectam-se com outras possibilidades/fundamentos implicando na unidade na diversidade, ou seja, em uma unidade de contradições que se inter-relacionam. Assim a superprodução de capital e o subconsumo são possibilidades da crise que encontram-se interligados.

A partir do exposto, concorda-se com os autores marxistas aqui já citados, de que o subconsumo é a causa última da crise cuja manifestação só resulta em crise efetiva "diante da tendência à acumulação visando o lucro bruto, numa escala cada vez mais ampliada" (FARIAS, 2015, p.81). Assim: "quanto mais se desenvolve a força produtiva, mais ela entra em conflito com a estreita base sobre a qual repousam as relações de consumo" (MARX, 2017, p. 5767).

Ainda sobre a questão do consumo, é importante afirmar que a ênfase sobre o consumo das famílias se deu por conta de ele ser o fator de maior peso no PIB nacional, nesse sentido a sua dinâmica afeta a economia nacional tanto em períodos de crescimento quanto em períodos de crise (CARVALHO *et al*, 2016).

E mesmo sabendo que a crise pode se manifestar por meio do subconsumo, bem como por meio da queda da taxa de lucro e da produção pela produção, e que cada uma dessas causas não se dão de forma isolada, mas se conectam, por uma questão de abstração se deu ênfase ao subconsumo das massas, buscando identificá-lo a partir dos limites impostos ao consumo das famílias brasileiras.

Nesse sentido, o objetivo geral deste trabalho consiste em analisar o consumo das famílias no Brasil no âmbito do governo Lula e Dilma. Especificamente se tentou responder as seguintes questões: o subconsumo das massas ocorreu no Brasil entre 2008-2016? Como os níveis de consumo das famílias afetaram a economia brasileira?

Assim se buscou ao longo da construção dessa pesquisa aprofundar o entendimento das questões acima, a partir de um referencial que elucidasse os aspectos determinantes, que contribuíram com os limites e expansão dos níveis de consumo das famílias em uma dada conjuntura no Brasil, aspectos que por vezes se encontram implícitos, e que só podem ser desvelados com o uso de um referencial teórico metodológico adequado.

Nesse sentido o uso do materialismo histórico dialético permitiu a superação da aparência para a apreensão da essência do problema, a partir do qual se originou um raciocínio sobre as causas que levaram a redução dos níveis de consumo das famílias no Brasil, principalmente entre o final do segundo governo Lula e os dois mandatos presidenciais de Dilma Rousseff.

Atrelados aos referenciais teóricos ancorados no materialismo histórico dialético, se fez uso da pesquisa bibliográfica a partir de uma abordagem qualitativa, que auxiliaram na compreensão da conjuntura analisada, bem como dos fatores de ordem política e econômica que influenciaram a desaceleração do consumo das famílias e do PIB nacional.

Isto posto este trabalho encontra-se dividido em 2 partes para além da introdução e conclusão, a segunda parte trata de forma breve sobre o consumo das famílias e a

distribuição de renda no Brasil, a terceira parte trata de forma mais detida sobre a dinâmica do consumo das famílias brasileiras entre 2008 – 2016. Todavia, importa agora discorrer sobre influência da distribuição de renda no consumo das famílias detentoras de menor poder aquisitivo.

2 BREVES CONSIDERAÇÕES SOBRE A DISTRIBUIÇÃO DE RENDA E O CONSUMO DAS FAMÍLIAS

A limitação do consumo das massas pode ocorrer mesmo em momentos nos quais a classe trabalhadora passa por aumento em seus níveis salariais, na medida em que se faz um repasse – por parte dos empresários - dessa valorização salarial aos consumidores finais. Some-se a isso o fato que os lucros empresariais e rentistas crescem exponencialmente quando comparado a massa salarial da classe trabalhadora, porém o consumo da renda da elite bancária-rentista e dos empresários não acompanha o crescimento de sua renda, daí se tem a crise do subconsumo.

Para contornar essa situação, principalmente para a classe trabalhadora, cujos ganhos salariais não a permitem consumir em níveis elevados, se aponta como um dos caminhos a distribuição de renda (PIKETTY, 2014).

O processo de distribuição de renda e riqueza é perpassado por correlação de forças entre vários sujeitos detentores de poder social, político e/ou econômico, que podem ou não promover o aprofundamento das desigualdades. Dessa forma, não existe um processo natural e espontâneo que bloquei ou reduza as forças promotoras da desigualdade ou que permita a sua elevação (PIKETTY, 2014).

Sabe-se que a elevação dos níveis de distribuição ou redistribuição de renda (principalmente entre a população de baixa renda) eleva os níveis de consumo de uma nação, porque a classe média alta tem menos propensão a consumir, do que os segmentos sociais de média ou baixa renda (CARVALHO *et al*, 2016).

Além disso em decorrência da redução dos níveis de desigualdade de renda, a economia de uma nação pode ou não experimentar níveis maiores de crescimento, dependendo do nível de dependência que ela possui dos níveis de consumo das famílias. No caso do Brasil, o consumo das famílias por muitos anos foi o componente

mais importante do PIB brasileiro, tendo representado em média um percentual de 60% dele (CARVALHO *et al*, 2016).

Nesse sentido, o crescimento econômico do país foi puxado por muitos anos pela expansão do consumo (que foi acompanhado da ampliação dos serviços privados) e, isso por sua vez foi possibilitado devido a existência de uma série de política, que aumentaram o poder aquisitivo das famílias, sobretudo, daquelas pertencentes aos estratos mais inferiores da pirâmide social (KERSTENETZKY, 2016).

Importa agora discutir de forma mais detida sobre os fatores que afetaram tanto o nível de consumo das massas, especificamente das famílias brasileiras, como o crescimento da economia nacional entre 2008-2016.

3 A ECONOMIA BRASILEIRA E OS NÍVEIS DE CONSUMO DAS FAMÍLIAS ENTRE 2008-2016

Conforme se pode observar na tabela 1, no período que vai de 2008 a 2014, com exceção de 2010, os níveis do consumo das famílias[3] superaram os níveis de crescimento do PIB, o dinamismo do PIB entre 2008-2014, permaneceu ligado à conjugação do crescimento positivo da Formação Bruta de Capital Fixo[4] (FBCF) e o aumento do consumo das famílias (SANTOS; MATTOS; HALLAK NETO, 2018).

Vale destacar que a redução momentânea de alguns impostos[5] foi fundamental para que os níveis de consumo das famílias aumentassem progressivamente em 2009, isso contribuiu para que a queda do PIB *per capita* nesse ano não se desse em maior escala, uma vez que ele[6] se apresentou negativo, porém em 2010 ele voltou a

[3] Componente isolado de maior peso na demanda agregada (SANTOS; MATTOS; HALLAK NETO, 2018).
[4] FBCF corresponde a operação do Sistema de Contas Nacionais, que diz respeito ao aumento "da capacidade produtiva futura de uma economia, por meio de investimentos correntes em (...) bens produzidos factíveis de utilização (...) contínua em outros processos produtivos, por tempo superior a um ano sem, no entanto, serem efetivamente consumidos pelos mesmos (IBGE, 2000, p.2).
[5] Que incidiram sobre: os preços dos bens duráveis de consumo; a política de valorização do SM; as transferências de renda via programas sociais e a oferta de crédito (BALTAR, 2015).
[6] Conforme se pode observar na tabela 1.

crescer e a sua recuperação foi acompanhada pelo crescimento dos níveis de consumo (BALTAR, 2015).

Além disso, medida a "preço constante, a relação entre FBCF e o PIB passou de 18,7% (em 2008) para 19,8% (em 2010), traduzindo a vigorosa retomada do investimento na economia nesse último ano" (BALTAR, 2015, p. 33).

Para que ocorra a expansão contínua da economia de uma nação, ela deve contar com uma participação crescente da FBCF, os níveis da FBCF[7] entre 2008 e 2016 passaram por aumentos significativos (KERSTENETZKY, 2016). Em relação á esses aumentos, a FBCF sob a liderança dos investimentos privados só no ano de 2010:

> (...) Possivelmente estimulados por incentivos governamentais em obras do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) e do programa Minha Casa Minha Vida, contribuiu positivamente com mais de 4 pontos percentuais para o crescimento do PIB total (que foi de 7,5%) apresentado naquele ano (KERSTENETZKY, 2016, p. 33).

Aliado ao crescimento da FBCF houve também, no período pesquisado, o crescimento do consumo das famílias e das exportações no PIB, em relação ao crescimento das exportações no PIB entre 2004 até 2013, pode-se afirmar que ele foi influenciado significativamente por conta do aumento da demanda pelas *commodities* brasileiras (SANTOS; MATTOS; HALLAK NETO, 2018).

O aumento no seu preço influenciou também o bom desempenho do PIB *per capita* no período supracitado, o que por sua vez trouxe impactos positivos em relação à geração de empregos não só dentro do Brasil - nos setores responsáveis pela produção das *commodities* - como também fora do país, em setores dos países que fornecem os produtos brasileiros (SANTOS; MATTOS; HALLAK NETO, 2018).

Contudo, a dependência das exportações de matéria-prima, no caso as *commodities,* é uma fonte potencial de crise nos países em desenvolvimento dependentes de mercadorias. Uma nação em desenvolvimento é considerada

[7] Vale destacar que ele é um importante indicador, por apontar os níveis de investimento em bens de produção - bens de produção ou de bens de capital são bens intermediários usados para fabricar outros bens, a exemplo, das máquinas (DPEC-BRADESCO, 2019) - por parte do setor público e dos empresários, além de sinalizar se a produção de bens e serviços de uma determinada nação está ou não se expandindo (IBGE, 2016).

dependente de mercadorias, quando suas receitas de exportações de *commodities* contribuem com mais de 60% de seus ganhos totais de exportação (ONU, 2015).

Esse era o caso do Brasil, pois segundo a Organização das Nações Unidas (ONU) "(...) o Brasil possuía um comércio de *commodities* de 60% (...)" (ONU, 2015, p. 1), sendo a soja, o minério e o petróleo responsáveis por 30% das vendas externas. Contudo, quando esse ciclo expansivo terminou entre 2014 e 2015, os principais ramos afetados do setor produtivo foram justamente o petrolífero, o agronegócio e o setor de minérios (ONU, 2015).

No entanto, no mesmo período os preços das *commodities* estavam em plena expansão, a saber, entre os anos de 2008 e 2010 a taxa de crescimento do PIB *per capita*[8] também se apresentou positiva, porém entre 2014 e 2016 elas passaram por uma desaceleração significativa.

Já em relação ao volume do consumo das famílias[9], mesmo que em 2009 ele tenha sofrido uma queda brusca, em 2010 ele voltou a crescer, muito disso se deveu as transferências previdenciárias e assistenciais feitas no primeiro e segundo governo Lula, que só foram possíveis graças aos resultados positivos alcançados pelo governo em questão através de medidas tomadas para o combate da crise que assolava o país. Todavia, a partir de 2010 ele desacelerou significativamente, conforme se pode ver na tabela 1:

Tabela 1- Volume do PIB *per capita* e do consumo das famílias no Brasil. 2008-2016

	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016
Variação em volume do PIB *per capita*	4%	-1,2%	6,5%	3%	1,0%	2,1%	-0,3%	-4,4%	-4,1%
Variação em volume do consumo	6,5%	4,5%	6,2%	5%	3,5%	3,6%	2,3%	-3,2%	-3,8%

Fonte: (IBGE, 2018). Elaboração própria.

[8] Corresponde a quanto do volume total da riqueza socialmente produzida de um país caberia a cada cidadão, se essa riqueza fosse dividida em partes iguais (IBGE, 2017).
[9] Componente fundamental sob a perspectiva das despesas no Brasil (IBGE, 2017).

A desaceleração do consumo das famílias a partir de 2011, se deveu em parte ao aumento da arrecadação dos impostos que incidiram mais de 50% em consumo, o que afetou principalmente a população de baixa de renda, que é o segmento que apresenta maior propensão a consumir (PAULA, 2019).

Além disso houve a diminuição da oferta de serviços públicos não mercantilizados, contração dos gastos com benefícios assistenciais, bem como contração da oferta de crédito à pessoa física, o que reduziu a renda das famílias e o consumo autofinanciado em bens não-duráveis que se apoia no endividamento (PAULA, 2019).

Assim, embora os níveis dos rendimentos do trabalho tenham sido positivos, os aspectos supracitados acabam reduzindo as estratégias de aumento do gasto social governamental, para fins de diminuição da desigualdade de renda e aumento do consumo privado (PAULA, 2019).

Todavia, embora o poder de compra da população de baixa renda tenha se reduzido, os reajustes salariais que ela usufruiu no período pesquisado se deram acima dos níveis de produtividade do trabalho, o que levou a redução dos níveis de exploração e a uma compressão dos lucros e da capacidade de acumulação do capital, gerando uma reação violenta da ala conservadora do governo para que fosse revertida tal dinâmica (MILAN, 2016).

Nesse sentido, a ala conservadora tinha um posicionamento, que refletia a seguinte afirmação: “(...) as crises são gestadas precisamente nos períodos nos quais os salários sobem e os trabalhadores absorvem uma parcela maior do produto anual destinado ao consumo” (MARX, 2017, p. 530).

Todavia é importante se ter claro que essa afirmação feita por Marx, não tem nenhuma relação de causa e efeito com a crise, apenas estabelece uma relação de contemporaneidade com o período no qual a economia se expande e os salários aumentam, fato que deveria ser enxergado como normal, tendo em vista a maior criação de postos de trabalho e a disponibilidade de força de trabalho nesses períodos (CIPOLLA, 2018).

Assim, no Brasil entre 2004 e 2013 os trabalhadores vivenciaram uma significativa melhoria em suas remunerações, essa melhoria salarial foi influenciada,

em parte, por conta da valorização do Real frente ao Dólar, que por um lado provocou a expansão do salário real. Assim o aumento dos salários decorreu, em parte, da hipervalorização cambial e não da elevação da produtividade do trabalho (OREIRO, 2014).

Todavia, entre 2015 e 2016 apesar dos reajustes que o SM sofreu indo de 8,8% para 11,6% respectivamente (IBGE, 2018), eles não foram suficientes para reverter a queda na taxa de consumo das famílias, e essa queda se deveu principalmente á deterioração do crédito, do emprego e da renda, aumento da inflação e da taxa de juros no período supracitado (IBGE, 2016).

A queda do volume de consumo das famílias afetou o mercado de trabalho formal, pois provocou a diminuição da procura por bens e serviços, o que acabou levando a redução da quantidade de força de trabalho no mercado de trabalho formal, levando muitos a buscarem seu sustento no âmbito informal (IBGE, 2018).

Sobre a queda do consumo a partir de 2015, Rebeca Palis, então coordenadora do Sistema de Contas Nacionais do IBGE, em entrevista ao G1 afirmou que:

> (...) Foi um conjunto de efeitos. A gente está com inflação mais alta, está com juros mais altos também, crédito caindo em termos reais, a gente está com deterioração do indicador de emprego e renda, então, tudo isso afeta negativamente o consumo das famílias. (...) Agora, o cenário é de queda de todos os componentes do cenário interno, e não só dos investimentos, mas também o consumo das famílias e também do consumo do governo[10] (CAOLI, 2016, p. 1).

A ênfase sobre o consumo das famílias se deu por conta de sua importância na economia brasileira, o consumo das famílias representa mais de 60% do PIB brasileiro, nesse sentido o que ocorre na economia brasileira sofre rebatimentos significativos dos níveis de consumo das famílias (CARVALHO *et al*, 2016).

Nesse sentido durante o segundo governo Lula e o primeiro governo Dilma, o consumo das famílias foi um dos principais fatores que conferiram sustentação ao PIB

[10] Vale destacar que esse é um importante indicador, por apontar os níveis de investimento em bens de produção - bens de produção ou de bens de capital são bens intermediários usados para fabricar outros bens, a exemplo, das máquinas (DPEC-BRADESCO, 2019) - por parte do setor público e dos empresários, além de sinalizar se a produção de bens e serviços de uma determinada nação está ou não se expandindo (IBGE, 2017).

no Brasil, dessa forma a intensificação de sua desaceleração a partir de 2015 acabou afetando bruscamente a economia nacional.

Também houve alguns fatores de natureza exógena ao ciclo econômico nacional que contribuíram com a intensificação dessa desaceleração, mas nesse caso o principal fator explicativo é o choque recessivo (ROSSI; MELLO, 2017). Esse choque foi composto por medidas que se mostraram via: “ i) choque fiscal (com a queda das despesas públicas em termos reais); ii) choque de preços administrados (em especial combustíveis e energia); iii) choque cambial (com desvalorização de 50% da moeda brasileira em relação ao dólar ao longo de 2015)” (CARTA CAPITAL, 2017, p.1).

Objetivando reverter esse cenário a partir de 2016, Michel Temer durante a sua gestão elaborou estratégias econômicas de combate a crise, tais estratégias se materializaram em um conjunto de reformas que trataram de a) limitar o teto de gastos públicos; b) de flexibilizar o emprego/trabalho via aprovação da reforma trabalhista em novembro de 2017; c) aumentar o tempo de contribuição, a idade mínima de aposentadoria entre outros aspectos via aprovação da reforma da previdência social (PAULA, 2021).

Todas essas reformas foram implementadas no governo Temer e no governo Bolsonaro com o objetivo de se retomar o crescimento da economia, pois o defensores da perspectiva liberal acreditavam que a contração fiscal expansionista, via corte fiscal nos gastos públicos, aumentaria a confiança dos agentes, bem como os gastos privados das empresas e das famílias, o que por conseguinte estimularia o crescimento interno (PAULA, 2021).

No entanto, a economia nacional entre 2017-2019 ficou semi-estagnada, pois o crescimento do PIB girou em torno de 1,5% a.a., além disso a taxa de desemprego nacional nesse período foi uma das maiores desde a série histórica de 2012, com elevação do emprego parcial e informal (PAULA, 2021).

Assim o Brasil possuía uma demanda agregada muito fraca para sustentar o crescimento interno. Dessa forma a tentativa de levar a economia nacional crescer por meio dos ajustes recessivos supracitados se mostrou frustrada.

4 CONCLUSÃO

Ao longo deste trabalho foi possível se perceber que o nível de consumo das massas, especificamente das famílias brasileiras, embora ele tenha se apresentado positivo entre 2008 e 2014, ele sofreu significativa desaceleração principalmente entre 2010 e 2014, chegando a níveis negativos entre 2015 e 2016. Isso trouxe rebatimentos negativos para a economia brasileira, uma vez que 60% do PIB nacional depende do consumo das famílias.

Sobre o consumo das famílias no período analisado, os limites que o perpassaram decorreram de um conjunto de medidas macroeconômicas adotadas principalmente no governo Dilma, para a contenção da crise, medidas essas que não foram capazes de contê-la. A diminuição dos níveis de consumo trouxe rebatimentos negativos para economia em geral, pois quanto mais as famílias consomem bens e serviços, mais a economia gira, mais o dinheiro circula, o que estimula a criação de emprego e renda principalmente no setor terciário. Nesse sentido, uma situação contrária contribui para o aumento do desemprego, principalmente no setor de serviços, bem como para a desaceleração do PIB nacional.

Contudo, é importante se ter em vista que essa desaceleração não ocorreu exclusivamente por conta da queda dos níveis de consumo das famílias, pois uma série de fatores de ordem política e econômica também contribuíram para a recessão experimentada pela economia brasileira no período analisado.

As saídas para os efeitos da crise que ainda se experimenta ainda não foram gestadas, porém o caminho para a superação da desigualdade de renda, bem como para as limitações do consumo das massas, deve ser superada não pela redistribuição de renda ou qualquer outra estratégia semelhante, mas pela superação da produção pela produção.

REFERÊNCIAS

ANTUNES, Jadir. **As determinações das crises do capital na concepção de Karl Marx**. 2002. 186 f. Dissertação- (Mestrado em Filosofia) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas UNICAMP, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2002.

Disponível em:< http://repositorio.unicamp.br/handle/REPOSIP/281598>. Acesso em: 15/08/2019.

_____. Marx diante da crise do capital. **Rev. Filos**., Aurora, Curitiba, v. 23, n. 33, p. 509-524, jul./dez. 2011.

BALTAR, Paulo. **Crescimento da economia e mercado de trabalho no Brasil**. Rio de Janeiro: Ipea, Texto para discussão, v. 2036, 2015. Disponível em:< https://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=24548>. Acesso em: 03/12/2019.

CAOLI, Cristiane. Consumo das famílias cai 4% em 2015 e tem a maior queda desde 1996. **G1**, Rio de Janeiro, 03/03/2016. Economia. Disponível em:< http://g1.globo.com/economia/noticia/2016/03/consumo-das-familias-cai-4-em-2015-e-tem-maior-queda-desde-1996.html>. Acesso em 15/12/2019.

CARCANHOLO, Marcelo Dias. Apontamentos críticos sobre a teoria de crise em Rosa Luxemburgo. Colóquio Internacional Marx Engels, 5°, 2007, Campinas. **Anais...** Campinas: Unicamp, 2007. Disponível em:< https://www.unicamp.br/cemarx/anais_v_coloquio_arquivos/paginas/gt1sessao1.html >. Acesso em 16/04/2021.

CARTA CAPITAL. O choque neoliberal causou a maior crise da história. 2 de julho de 2021, Brasil debate. Disponível em:< https://www.cartacapital.com.br/blogs/brasil-debate/o-choque-neoliberal-causou-a-maior-crise-da-historia/>. Acesso em: 02/07/2021.

CARVALHO, Sandro Sacchet de *et al*. **O consumo das famílias no Brasil entre 2000 e 2013:** uma análise estrutural a partir de dados do sistema de contas nacionais e da pesquisa de orçamentos familiares. Brasília: Ipea, 2016. (Texto para discussão, n.2209). Disponível em:< http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/6779/1/TD_2209.pdf>. Acesso 23/11/2019.

CIPOLLA, Francisco Paulo. Genealogia das teorias marxistas de crise. **Revista Nova Economia**, v.18, n.1, Belo Horizonte, jan/abril 2018. Disponível em:< https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-63512018000100071>. Acesso em 16/06/2020.

DPEC- BRADESCO. **Bens de capital**. Janeiro, 2019. Disponível em:< https://www.economiaemdia.com.br/EconomiaEmDia/pdf/infset_bens_de_capital.pdf >. Acesso 09/12/2019.

DOMINCZAK, Pedro Rozales Rodeiro. **Investigando a financeirização pelos teóricos**. 2014. 127 f. Dissertação (Mestrado em Política Social) - Universidade Federal do Espírito Santo, Espírito Santo, 2014. Disponível em:<

http://portais4.ufes.br/posgrad/teses/tese_7824_Pedro%20Rozales%20R.%20Dominczak.pdf>. Acesso em 28/10/2019.

FARIAS, Flávio Bezerra de. **Crise Global:** ampulheta fatal. São Paulo: Xamã, 2015.

IBGE- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Formação Bruta de Capital Fixo** (versão para informação e comentários). Sistema de Contas Nacionais – Brasil, 2000. (Nota metodológica n°19). Disponível em:< ftp://ftp.ibge.gov.br/Contas_Nacionais/Sistema_de_Contas_Nacionais/Notas_Metodologicas/19_formacao_capital.pdf>. Acesso em:11/04/2020.

IBGE. **Síntese de indicadores sociais**: uma análise das condições de vida da população brasileira. Rio de Janeira: IBGE, 2016. Disponível em:< https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv98965.pdf>. Acesso em 28/06/2021.

IBGE. **Síntese de Indicadores Sociais:** uma análise das condições de vida da população brasileira. Rio de Janeiro: IBGE, 2017. Disponível em:< https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101459.pdf>. Acesso em: 4/06/2019.

IBGE. **Síntese de indicadores sociais:** indicadores apontam aumento da pobreza entre 2016 e 2017. Estatísticas sociais, 05/12/2018. Disponível em:< https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-de-noticias/releases/23298-sintese-de-indicadores-sociais-indicadores-apontam-aumento-da-pobreza-entre-2016-e-2017 >. Acesso em 21/01/2020.

KERSTENETZKY, Celia Lessa. Consumo social e crescimento redistributivo: Notas para se pensar um modelo de crescimento para o Brasil. **Revista de Economia Política**, vol. 36, nº 1, janeiro-março/2016.

MARQUETTI, Adalmir; HOFF, Cecilia; MIEBACH, Alessandro**.** Lucratividade e distribuição: a origem econômica da crise política brasileira. **Texto para Debate**. Departamento de Economia, PUCRS, 2017. Disponível em:< https://www.researchgate.net/publication/312191358_Lucratividade_e_Distribuicao_A_OrigeO_Economica_da_Crise_Politica_Brasileira>. Acesso em 02/10/2019.

MARX, Karl. **O Capital: crítica da economia política:** livro primeiro: o processo de produção do capital. São Paulo: Boitempo, 2013. [recurso eletrônico]. Disponível em:< https://www.google.com/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=1&ved=2ahUKEwjz9eLSu_roAhXUIbkGHdEfDowQFjAAegQIARAB&url=http%3A%2F%2Fwww.gepec.ufscau.br%2Fpublicacoes%2Flivros-e-colecoes%2Fmarx-e-engels%2Fo-capital-livro-1.pdf%2Fat_download%2Ffile&usg=AOvVaw0R6Rw2rMc2cYIojPXGGNA3>. Acesso em 02/06/2019.

_____. **O Capital: crítica da economia política:** livro terceiro: o processo global da produção capitalista. - 1 ed.- São Paulo: Boitempo, 2017. [recurso digital].

MILAN, Marcelo. Restauração oligárquica e retomada neoliberal plena: um ensaio sobre as origens das crises gêmeas e do golpe de estado de 2016 no Brasil. **Revista Brasileira de Estratégia e Relações Internacionais**, v.5, n.9, Jan./Jun. 2016.

ONU- Organização das Nações Unidas. **Commodities representam 60% das exportações do Brasil, segundo estudo da ONU**. Desenvolvimento Sustentável, 2015. Disponível em:< https://nacoesunidas.org/commodities-representam-60-das-exportacoes-do-brasil-segundo-estudo-da-onu/>. Acesso em 16/12/2019.

OREIRO, José Luís. **A armadilha juros-câmbio:** a continuidade do desequilíbrio macroeconômico brasileiro. In: sítio do autor, 2014. Disponível em:< <http://jlcoreiro.wordpress.com/2014/04/04/a-armadilhajuros-cambio-a-continuidade-do-desequilibrio-macroeconomico-brasileiro>. Acesso em 15/12/2019.

PAULA, Flávio Alves de. **As causas da grande recessão brasileira (2014-2016)**. 2019, 58 f. Monografia – Instituto de Economia e Relações Internacionais, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2019. Disponível em:< https://repositorio.ufu.br/bitstream/123456789/26518/3/CausasGrandeRecess%C3%A3o.pdf>. Acesso em: 01/07/2021.

PAULA, Luiz Fernando de. A crise do Coronavírus e as políticas contracíclicas no Brasil: uma avaliação. **IE-UFRJ DISCUSSION PAPER**, TD 016 – 2021. Disponível em:< https://www.ie.ufrj.br/publicacoes-j/textos-para-discussao.html>. Acesso em: 07/06/2021.

PIKETTY, Thomas. **O capital no século XXI**. Rio de Janeiro: INTRÍNSECA LTDA, 2014. (versão digital). Disponível em:< http://www2.fct.unesp.br/docentes/geo/bernardo/BIBLIOGRAFIA%20DISCIPLINAS%20POP-GRADUACAO/PIKETTY/O%20Capital%20no%20Seculo%20XXI%20-%20Thomas%20Piketty.pdf>. Acesso em 26/12/2019.

POCHMANN, Márcio. **Nova classe média?** São Paulo: Boitempo, 2012.

ROSSI, Pedro; MELLO, Guilherme. Choque recessivo e a maior crise da história: A economia brasileira em marcha à ré. **Centro de Estudos de Conjuntura e Política Econômica** -IE/UNICAMP, Nota do Cecon, n.1, Abril de 2017. Disponível em:< https://www.eco.unicamp.br/images/arquivos/NotaCecon1_Choque_recessivo_2.pdf >. Acesso em 20/03/2020.

SANTOS, Juliana; MATTOS, Fernando Augusto Mansor de; HALLAK NETO, João. Apontamentos sobre a recente redução da desigualdade da renda pessoal no Brasil**.** **Revista NECAT**, Ano 7, nº14 Jul-Dez de 2018.